



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2013 a AGOSTO/2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, atendendo aos dispositivos legais preceituados na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, vem publicar o **Relatório de Gestão Fiscal**, concernente ao **segundo quadrimestre do exercício de 2014**. Os dados estão disponíveis a partir desta data no site do Tribunal de Justiça (www.tjsc.jus.br).

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.141.600.344,23	-
Pessoal Ativo	969.347.399,56	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	60.983.496,68	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	908.363.902,88	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	172.252.944,67	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	172.252.944,67	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	253.454.329,11	-
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	35.292.567,38	-
Decorrentes de Decisão Judicial	60.983.496,68	-
Despesas de Exercícios Anteriores	9.522.150,15	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	147.656.114,90	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	888.146.015,12	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) (IIIa + IIIb)	888.146.015,12	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	17.351.263.336,64	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,12%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,0%	1.041.075.800,20	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	989.022.010,19	
LIMITE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	936.968.220,18	

FONTE: SIGEF - Comparativo da despesa autorizada, liquidada e paga - e Secretaria de Estado da Fazenda no que concerne a RCL

Nota: 1 - Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota: 2 - As despesas liquidadas relativas ao pagamento de proventos aos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juizes de Paz (Subação 9380 - Encargos com inativos), no valor de R\$ 32.604.445,67, não foram consideradas, pois não se trata de servidores contratados pelo Estado, mas tão somente agentes colaboradores por meio de delegação do Poder Público.

Florianópolis, 24 de setembro de 2014

Des. Torres Marques
Presidente em exercício

Ricardo Lentz
Diretor de Orçamento e Finanças

Jozelito Neves Cunha
Coordenador de Auditoria Interna